

DA NEOLOGIA NO PORTUGUÊS

Lauro Dick, Unisinos, RS

Resumo:

O artigo aborda o problema neológico da e na língua portuguesa. Para tanto, vista a questão no seu estado atual, parte para uma sistematização em cinco pontos. No primeiro, se ocupa com as divisões vertical e horizontal da língua (léxico e gramática). No segundo, com a evolução do idioma, devido a fatores endógenos e exógenos. No terceiro, com a craveira pré-lingüística do fenômeno (prescritiva, censória e condenatória). No quarto, com a visão lingüística (descritiva, analítica e receptiva). No quinto, com o processo de aportuguesamento das palavras e expressões. No sexto, com a prática adotada pelos manuais de redação e estilo das grandes empresas jornalísticas nacionais.

Palavras-chave: estrangeirismo, empréstimo, aportuguesamento.

Abstract:

The article describes the neological problem of and in the Portuguese language, systematizing it in five aspects. In the first one, the vertical and horizontal divisions of the language (lexicon and grammar) are studied. The second one studies the evolution of the language due to endogenous and exogenous factors. The third one treats the point of view of the prelinguistic phenomenon (prescriptive, critical and condemnatory). The fourth one deals with the process of giving Portuguese form to words and expressions. The sixth one deals with the practice adopted by writing and style manuals of the great national newspapers.

Keywords: foreignisms, borrowings, giving Portuguese form.

Movido por três circunstâncias, duas delas públicas, que são (1) o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, o qual, segundo a *Veja* de 29 de agosto de 2001, p. 120, “não

tem nenhum tipo de preconceito com os vocábulos de origem estrangeira”, e (2) a polêmica Faraco-Rebelo, na qual o primeiro investe contra os “equivocos e preconceitos lingüísticos” do deputado, e este rebate com a acusação de que o lingüista-professor está a serviço de uma “neolíngua neoliberal” (*Folha de S. Paulo*, 3 jun. 2001, Mais, p. 19), e uma particular, que é a surpresa que me causaram, por um lado, os usos de *roquenrol*, por Luís Fernando Veríssimo, e de *blitze*, pelo jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, RS, e, por outro, a quase-repentina transformação de *workshop* em *grupo de trabalho*, ou *getê*, levado, como dizia, por esses fatos circunstanciais, retomo a questão dos neologismos e, mais especificamente, dos estrangeirismos e dos empréstimos lingüísticos.

Posto o assunto nesses termos, até parece que neologismo, estrangeirismo e empréstimo são três fenômenos distintos. Na realidade, é um fato só: o da renovação vocabular, já abordada na *Arte poética*, de Horácio Flaco, Horácio Fraco (*flaco* dá em *fraco*, na evolução do latim para o português, assim como *planctu* virou *pranto*, e, ainda hoje, na fala do povo inculto, *planta* se transmuda, ou se transmuta, em *pranta*). Diz lá, na obra citada, o forte poeta latino Horácio: “Assim como as florestas mudam de folhas, no declinar dos anos”, *‘ut silvae foliis pronos mutantur in annos’*, “assim também cai em desuso a velha geração das palavras”, *‘ita verborum vetus interit aetas’*, “e, à maneira dos jovens, as que há pouco nasceram, florescem e ganham pleno vigor”, *‘et iuvenum ritu florent modo nata vigentque’* (v. 60 a 63, tradução de Rosado Fernandes). Um pouco adiante, nos versos 70 e 71, estatui, em tirada magistral, que ao uso cabe “a arbitragem, o direito e a norma da língua”, *‘arbitrium et ius et norma loquendi’*.

Mesmo assim, não faltará quem objete ao clássico princípio horaciano e a seus seguidores: Por que *deletar*, se temos *apagar*? Haveria, sem dúvida, objeções mais contundentes que essa, facilmente refutável, ou, ao menos, respondível. *Deletar*, com efeito, além de lídima formação vernácula, de *deleo*, *delevi*, *deletum*, *delere*, ‘apagar, lim-

par, aniquilar’, é mais expressiva do que o polivalente *apagar* uma linha, uma paixão, um incêndio, de *paco*, *pacavi*, *pacatum*, *pacare*, ‘pacificar, domar, fazer desaparecer’. De mais a mais, o idioma tem seus anticórpis, haja vista que *ludopédio*, por *futebol*, não pegou. Por outro lado, *chofer*, de estranha desinência *-er* (tônica aberta), encontrável em *mister* que a galera semi-erudita pronuncia *míster*), *mulher*, *colher*, *talher* e onde mais?, já foi desbancado pelo muito menos econômico *motorista*, que, em compensação, é formado pelo conhecido *motor* e pelo não menos comum sufixo grego *-ista*, ‘que é partidário de’ (*positivista*), ‘que pratica ofício’ (*maquinista*).

Em tempo: Qual, afinal, a causa da estranheza de *roquenrol*, *blitze* e *workshop*? É que, ao que eu saiba, a desinência *-ol* costuma ter, no português, pronúncia aberta, a não ser *gol*; contudo, o ele final, em geral, se semivocaliza (*roquenrou*). *Blitze*, ‘guerra-relâmpago, batida policial de improviso’, mesmo que com *zê* no alemão, soa surdo, pelo que teria de ser (?) *blitse*. *Workshop* saiu de circulação de uma hora para outra, ainda bem, quando a coisa, via de regra, leva mais tempo.

Feito esse prolegômenos, vamos a uma sistematização do tema neovocabular, em seis tópicos: (1) em quais coordenadas ele se inscreve; (2) a que princípios evolutivos obedece; (3) como era visto ontem; (4) como é tratado hoje; (5) a que plásticas aportuguesadoras se assujeita; (6) como o trata a grande imprensa nacional.

(1) A língua, sabemos, se estrutura vertical e horizontalmente. A verticalidade é a linha vocabular, lexical, eletiva. “O lance é a gente ser feliz”, proclama o marqueteiro local de primeira geração. O de segunda o corrige, vocabularmente, lexicalmente, eletivamente, ideologicamente: “O lance é a gente estar feliz”. Ser feliz. Estar feliz.

Na dimensão do vocabulário, a língua é porteira aberta. Por ela, entram os neologismos, os estrangeirismos, os empréstimos. Não todos, é claro. Substantivos, em especial. Adjetivos e verbos, menos.

No plano horizontal da gramática, ao contrário, que é (a) o da sintaxe de concordância, regência, colocação; (b) o da morfologia de desinências nominais e verbais, de afixos, de artigos, de numerais, de pronomes, de palavras invariáveis (advérbios, preposições, conjunções) e (c) o da fonologia, a refratariedade estrutural, se me entendes, às invasões bárbaras é quase total. Só para exemplificar: o *-o* masculino, o *-a* feminino, o *-s* plural não admitem interferências significativas; tampouco, o *-o*, *-s*, *zero*, *-mos*, *-is*, *-m* de falo, falas, fala, falamos, falais, falam: o *-i*, *-ste*, *-u*, *-mos*, *stes*, *-ram* de falei, falaste, falou, falamos, falastes, falaram.

(2) No exposto até aqui, está implícito que as línguas são realidades que mudam, e isso lenta, paulatina, constante e progressivamente, sem que, por assim dizer, os usuários se dêem conta, conforme testemunho da lingüística histórica. Tais mudanças atingem tanto o nível lexical, objeto precípua destas considerações, quanto o gramatical: fonéti-

co-fonológico (v.g., a transformação oral do /l/ de fim de sílaba em /u/, morfológico (o desaparecimento dos casos, na passagem do latim clássico para o vulgar e deste para o português), sintático (construções como “a gente somos inútil”), semântico (o termo *revolução*, circunscrito inicialmente à astronomia e depois estendido à sociologia), pragmático (o desuso da segunda pessoa do plural dos verbos).

Enfocadas mais sistematicamente, as transmutações devem-se tanto a fatores endógenos quanto exógenos. Na endogenia, atuam, além de outras, as leis (a) do menor esforço (a tendência à paroxítonização, à redução); (b) da permanência da sílaba inicial, mesmo que proteseada (*estátus*, *estresse*, *refri*, jamais *frigerante*, ou *frigê...*); (c) da manutenção da tônica. Na exogenia, agem a raça, na medida em que os órgãos do aparelho fonador variam, por hábito adquirido, de povo para povo; o meio geográfico (os gaúchos do pampa falariam gritado, por causa do campo e do minuano); os desníveis sociais; a situação política, estável ou instável, autodeterminada ou heterodeterminada, central ou periférica; as configurações audiofonológicas anteriores, como são as dos imigrantes italianos, alemães, japoneses, árabes; a elite; a escola; a escrita.

(3) Como se tratou no passado esse complexo e, até certo ponto, incontrolável e dinamismo? De forma autoritária. Em gramáticos pré-lingüísticos, no sentido de anteriores à implantação da lingüística no país, ou alheios a ela, como os quatro autores compulsados para a presente exposição, a saber, Said Ali (s.d.), Maximino Maciel (1928), Silveira Bueno (1944) Napoleão Mendes de Almeida (1969), barbarismos, estrangeirismos, peregrinismos, neologismos, aí compreendidos anglicismos, espanholismos, galicismos, germanismos, italianismos, etc., aparecem no rol dos vícios de linguagem, de par com os solecismos (*adquirir*, *fazem três semanas*), os ecos (*dói-me o pé quando ando*), as ambigüidades (*a mulher queria meia de mulher preta*), as cacofonias (*acerca dela*), os hiatos (*chegou ao auge*).

Maciel (1928) inova, na área, ao dividir os neologismos em (a) intrínsecos, formados, por derivação ou composição, da própria língua, no que era mestre Guimarães Rosa, com seus *tristoso*, *desprezamento*, *brabura*, *sanguinaz*, *quasinho*, *inacional*, *povoréu*. *enxadachim*, *urubuir*, exemplos de *Primeiras estórias* (1968, *passim*), e (b) extrínsecos, importados de língua estrangeira e prosódica e graficamente adaptados à nossa. Quanta à origem, acrescenta que podem ser populares (*motorista*, *esporte*, *garage*), literários (*nasóculos*, *uxoricídio*, *beletrista*), técnicos (*taxímetro*, *cinema*, *peumotórax*).

(4) Em nossos dias, os estudiosos, abdicaram da visão prescritiva, censória e condenatória, em prol da descritiva, objetiva e científica, se possível, não obstante continuem vivos e ativos, por um lado, fundamentalismos, até em países do assim chamado primeiro mundo, como a França, por exemplo, paralelos, aliás, às xenofobias neles reinantes, e, por outro, pedanterias, laxismos e xenomanias não menos repulsivos.

Contraposições e controvérsias à parte, os lingüistas, horacianamente convencidos de que “a língua é feita pelo povo, pelo uso, e não pelo esforço dos gramáticos” (Carvalho, 1989, p.47) e de que eles são meros descrevedores do que se observa no sistema lingüístico, cuidam, por isso, de conceituar e analisar neologia, estrangeirismo, empréstimo.

O conceito mais geral de que tratam é o de neologia, definida por Dubois *et alii* (1983, p.430) como “processo de formação de novas unidades léxicas” e por Matoso Câmara Jr. (1997), como “inovações lingüísticas”, vocabulares e sintáticas, “que se firmam numa língua dada”.

Conforme observei no item anterior, já em 1928 Maciel subdividia os neologismos em intrínsecos e extrínsecos. Mais recentemente, Alves (1990, p. 72 a 80) os estrutura em quatro níveis: (a) estrangeirismos (*pole-position, leasing, know-how, overnight, marketing, deficit, habeas corpus, campus, a priori*, nos quais, a rigor, não se enquadram, observo, *overnite, márqueti, défice, hábeas-cópus, câmpus, a priori*); (b) estrangeirismos com tradução (*gray power*, ‘poder grisalho’, *feedback*, ‘retroalimentação’); (c) integração do neologismo por empréstimo (*xampu, turnê, abajur, leiaute, copirraite, eslôgã, pedigri, tarô*); (d) decalque, “versão literal do item léxico estrangeiro para a língua receptora” (Alves, 1990, p.70), como *alta tecnologia (high technology), arranha-céu (skyscraper) ratinho (mouse)*. Infere-se que o estrangeirismo é o empréstimo não integrado na língua nacional, ao passo que o empréstimo é o “elemento lingüístico estrangeiro incorporado ao sistema tradicional” (Luft, 1971).

Ainda quanto ao empréstimo, restaria adicionar que é um fenômeno sociolingüístico de contato ou intercâmbio entre povos de línguas diferentes, seja por coincidência ou contigüidade geográfica, seja à distância, o qual, e aqui apóio-me em Staub (1983, p.55 a 71), tem lá suas causas (designação de realidades novas, prestígio, necessidade), suas finalidades (enriquecimento e renovação idiomáticos), suas resistências (nacionalismo, purismo). A propósito: já no século XVI, o gramático Duarte Nunes de Leão, 1530 (?) a 1608, ponderava, mui pitorescamente:

(...) como os conceitos dos homens são infinitos e as palavras finitas, necessariamente as inventamos ou buscamos e tomamos emprestadas de outras gentes, (...) não somente para suprir a necessidade de explicarmos o que queremos, mas para cópia e ornamento, por não repetirmos umas mesmas palavras muitas vezes, o que, aos que ouvem ou lêem, traz sempre nojo e fastio. Além disso, há, nas línguas alheias, alguns termos que não há na nossa para declarar o que sentimos ou ensinamos. Pelo que, cada dia, os tomamos das línguas latina ou grega, por terem para isso seus términos sabidos e notos a todos (1983, p.319).

“Para o que”, adverte, “se não deve ouvir uma seita de homens que querem que o que se fala ou escreve seja por palavras acostumadas e antigas e que os homens do vulgo entendam, sem inovar vocábulos, que

é razão de pouco discurso e sem erudição, porque, se essa regra se guardara, e não renováramos vocábulos ou não os tomáramos emprestados quando os não temos nossos, estivera a língua portuguesa e as outras mais de Espanha na torpe rudeza em que a princípio estavam, quando, por **comigo**, diziam **migo** e, por **alguma coisa**, **algorrem**.”

Inovar e buscar e tomar empréstimos já era, então, há 400 anos, a orientação de Nunes Leão. E para quê? Para *suprir necessidades e para cópia e ornamento*. Não se ouça, portanto, adverte, *uma seita de homens que querem que o que se fala ou se escreve seja por palavras acostumadas e antigas*.

(5) Por outro lado, se é verdade que, de acordo com o lingüista holandês Pier Ering, citado por Matoso Câmara, “uma língua não pode tomar de empréstimo elementos de outras sem perder sua identidade, a menos que o faça reinterpretando-os, isto é, adaptando-os à sua própria estrutura” (1959, p. 159), parece imporem-se duas medidas. A primeira: marcar visualmente os estrangeirismos, excetuados naturalmente os nomes próprios, mediante itálico, aspas, negrito, como se fossem portadores de passaporte provisório. (Neste particular, a mídia atual escrita, em boa parte, me contraria.) A segunda: aportuguesar, o mais possível, pela adaptação fonológica, morfológica (*óscares, pulôveres, abajures, fôlderes*), ortográfica (*percápita*) ao figurino português. Existe, para isso, na lingüística diacrônica, a doutrina dos chamados metaplasmos - firmada, por sinal -, os quais se definem como as alterações fonético-fonológicas das palavras na evolução do latim para o português e, por extensão, da forma estrangeira para a nacional. Tais mudanças podem ser por aumento, por supressão, por transposição e por transformação. Assim, a título de exemplificação, *s* inicial recebe um *e protético* (*estresse*); à consoante final acresce, via de regra, um *e paragógico* (*estresse, gangue, lorde, surfe*); o *sh* se metamorfoseia em *x* (*xampu*); o gálico *et final* passa a *ê* ou *é* (*matinê, balé*), ao passo que *at, gn, oi, on, ot, ou, u* tornam-se, respectivamente, *á, nh, oa, ão* ou *om, ô, u, i* (*crachá, champanhe, boate, garção ou garçom, capô, buquê, bifê*); os ânglicos *ay, a, ea, ee, i, oo, ou, w* (*dáblio*), *y*, conforme o contexto, se transformam em *ei, é* ou *ei, i, ai, u, au, u, i* (*leiaute, beque, teipe, líder, time, insaite, futebol, mause, sanduíche, lóbi*). Fiquemos por aqui.

(6) Relativamente às questões que venho de ventilar - palavras estrangeiras, em particular -, os manuais de redação e estilo das grandes empresas jornalísticas nacionais (*Abril, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo, Zero Hora*) posicionam-se mais ou menos uniforme e sensatamente. *O Globo*, por exemplo (1992), grafa em negrito todos os substantivos comuns de outras línguas. Fere, entretanto, o princípio da identidade lingüística, ao considerar estrangeiramente incorporados ao português expressões de largo uso, como *show, habeas corpus, griffe, iceberg*), as quais bem que poderiam ou deveriam grafar-se *xou, hábeas-*

cópus, *grife* (no Aurélio de 1999), *aicebergue*, à semelhança de *xorte*, *a priori*, *bifê*, *talvegue* (no Aurélio de 1999). A *Folha de S. Paulo* assim como *O Estado de S. Paulo* adotam a linha editorial de que palavra estrangeira, na forma original, vale dizer, não naturalizada ou conformada ao português, na condição de empréstimo, só há de ser usada se absolutamente indispensável, por inexistência de equivalente português. Citam, entre outros, os estrangeirismos *apartheid*, *blitz*, *entourage*, *know-how*, *lobby*, *marketing*, *onernight*, *outdoor*, *status*, *réveillon*, *rock*, *shopping center*, *slide*. Ora, o Aurélio traz aportuguesados *eslaide* e *roque*, e o Michaelis, *lóbi*. Sacconi sugere *márquetim*, *nourrau*, *reveiom*, *xópingue*. Há quem prefira *márqueti*, *xópi*. Encontra-se, também, *estátus*, *ôver*, *overnaitte*. Por outro lado, no RS *friuei* (dissílabo rebarbativa e atrasadamente escrito *freeway*) ultrapassou de longe *auto-estrada*. Diferentes de *O Globo*, que negrita a estrangeirada, a *Folha* e *O Estado* a deixam circular normal.

Os mesmos jornais paulistanos orientam, ainda, seus redatores no sentido de que não empreguem no original palavra já aportuguesada, prefiram o vocábulo nacional ao estrangeiro, sigam algumas regras definidas no que tange a antropônimos e topônimos estrangeiros.

Permito-me três abruptas conclusões. A primeira: ser receptivo, sim, às “contribuições adventícias” (Said Ali, *apud* Barros, 1985, p.356). A segunda: resguardar a identidade lingüística. A terceira: aportuguesar, corajosa, competente, prudentemente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. (1969). *Gramática metódica da língua portuguesa*. 22.ed. São Paulo: Saraiva.
- ALVES, Ieda Maria. (1990). *Neologismo: criação lexical*. São Paulo: Ática.
- BARROS, Enéas Martins. (1985). *Nova gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Atlas.
- BORBA, Francisco da Silva. (1971). *Pequeno vocabulário de lingüística moderna*. São Paulo: Editora Nacional/ Editora da USP.
- CÂMARA JR., J. Matoso. (1986). *Dicionário de lingüística e gramática: referente à língua portuguesa*. 18.ed. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1969). *Princípios de lingüística geral*. 3.ed. Rio de Janeiro: Acadêmica.
- CARVALHO, Nelly. (1989). *Empréstimo lingüístico*. São Paulo: Ática.
- CUNHA, C. & CINTRA, L. (1985). *Nova gramática do português contemporâneo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- DUBOIS, Jean *et alii*. (1986). *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix.
- FARACO, Carlos Alberto. (1991). *Lingüística histórica: uma introdução ao estudo teórico das línguas*. São Paulo: Ática.
- GALLISSON, R. & COSTE, D. (1983). *Dicionário de didáctica das línguas*. Coimbra: Almedina.
- HORÁCIO FLACO, Quinto. (1984). *Arte poética* (trad. de R. M. Rosado Fernandes). Lisboa: Editorial Editora.
- KURY, Adriano da Gama. (1989). *Para falar e escrever melhor o português*. Rio de Janeiro: NovaFronteira.
- LEÃO, Duarte Nunes de. (1983). *Ortografia e origem da língua portuguesa* (introd., notas e leitura de Maria Leonor Carvalhão Buescu). Lisboa: Imprensa Nacional.
- MACIEL, Maximino. (1928). *Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas*. 11.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- MANUAL DE ESTILO EDITORA ABRIL: COMO ESCREVER BEM PARA NOSSAS REVISTAS. (1990). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- MANUAL DE ÉTICA REDACIONAL: ORGANIZAÇÃO DE ZERO HORA. (1994). Porto Alegre: L&PM.
- MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. (1992). *Manual de redação e estilo O Estado de S. Paulo*. 2. ed. São Paulo: Maltese.
- NOVO MANUAL DE REDAÇÃO. (1992). São Paulo: Folha de S. Paulo.
- O GLOBO: MANUAL DE REDAÇÃO E ESTILO. (1968). 7.ed. São Paulo: Globo.
- ROSA, Guimarães. (1968). *Primeiras estórias*. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- SACCONI, Luiz Antonio. (1990). *1000 erros de português da atualidade*. São Paulo: Nossa Editora.
- SAID ALI. (s.d.). *Grammatica secundaria da lingua portugueza*. São Paulo: Melhoramentos.
- SILVEIRA BUENO, Francisco da. (1944). *Gramática normativa da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva.
- STAUB, Augustinus. (1983). *O empréstimo lingüístico: um estudo de caso*. Porto Alegre: PUCRS.